Lula afirma que entregará ao TSE autorização de quebra de seu sigilo

Ao SBT, candidato diz sobre maioridade penal: "Temos que ter capacidade de mudar de opinião"

Por **Rudolfo Lago**

Na tarde desta segunda-feira (19), Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à reeleição como presidente da República, informou que irá entregar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) procuração autorizando a quebra e divulgação dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. No debate na Band no domingo (18), Lula fez esse desafio ao seu adversário, Flávio Bolsonaro, do PL. Inicialmente, ele disse que assim faria se Flávio fizesse o mesmo. Mas resolveu antecipar-se e quebrar o seu.

Na entrevista que deu à noite ao SBT, Lula reafirmou a intenção."Estou cansado de ouvir falar em corrupção de forma leviana", disse o candidato à reeleição. "Então, fiz o desafio: você que é miliciano e já mentiu 43 vezes sobre Vorcaro, abra o seu sigilo. Eu e minha família estamos preparando uma procuração. Vamos entregar", afirmou.

REPRODUÇÃO VÍDEO

No Rio Grande do Sul, Lula disse qua autorizará a quebra de seus sigilos

MAIORIDADE PENAL

Na entrevista, Lula voltou a defender a redução da maioridade penal para 16 anos no caso de crimes hediondos, conforme proposta que chegou a ser feita pelo senador Camilo Santana (PT-CE) na discussão da PEC da Segurança.

"Nós seres humanos temos que ter a capacidade de mudar de opinião", afirmou. "A extrema-direita queria colocar 14 anos. Eu pedi para meu líder para botar 16 anos. Se pode votar com 16 anos, precisa ter um comportamento adequado".

DIREITA

Na entrevista ao SBT, Lula foi questionado se teria subestimado a direita e a capacidade de Flávio Bolsonaro. "Ninguém subestima", afirmou. "Eu sei o tamanho e o crescimento da direita no mundo e no Brasil".

Mas novamente o presidente disse que achava que ia ganhar no primeiro turno. "Eu achei que ia ganhar no primeiro turno e não ganhei. Vamos ganhar no segundo turno", afirmou. E disse que sua convicção vem das grandes manifestações que foram feitas nos últimos dias.

BOLSA FAMÍLIA

Lula falou ainda sobre o reajuste do Bolsa Família. Em entrevista à TV Globo, ele chegou a dizer que não sabia que o programa não tinha sido reajustado. Ao SBT, corrigiu a resposta. Segundo ele, foi informado pela equipe econômica que havia um espaço fiscal. "Quando apareceu um espaço fiscal, fizemos", disse. Lula afirmou que isso não irá provocar déficit fiscal nem deixar uma bomba fiscal para o próximo ano. "Tudo o que está sendo aprovado está previsto no orçamento", disse. Ele afirmou que está entregando o país com superávit. "Peguei um país quebrado, com déficit de 2,8% e entregando com superávit de 0,8%. Não preciso aprender responsabilidade com a Faria Lima".

ESCALA 6X1

Lula comentou o aumento da direita no Congresso, que conseguiu aumentar suas bancadas tanto na Câmara quanto no Senado. E, antes da aprovação do fim da escala de trabalho 6x1, chegou a ser apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro, uma outra PEC para negociação livre entre trabalhador e e empregado.

Questionado se isso poderia produzir uma mudança na PEC que pôs fim à escala de trabalho 6x1, ele afirmou. "Pode. Mas duvido que tirem, porque não é uma coisa do Lula. É uma conquista do povo brasileiro".

Na quarta-feira (21), será a vez da sabatina de Flávio Bolsonaro ao SBT.

PEC da Segurança fica entre as urnas e o impasse

Por **Beatriz Matos**

A tentativa do governo de transformar a PEC da Segurança Pública em uma entrega política antes do segundo turno terminou em um impasse que deve atravessar as eleições. Segundo apuração do Correio da Manhã, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não deverá convocar sessão nesta semana, pela proximidade do pleito de domingo (25) e pelo impasse sobre maioridade penal.

Para Emmanuel Nunes, cientista político e professor de Relações Internacionais do Ibmec-SP, há mais que o calendário eleitoral. "A decisão de Alcolumbre pode ser interpretada como uma tentativa de preservar as condições de negociação. A PEC da Segurança Pública passou por um amplo processo de discussão no Congresso, enquanto a proposta de redução da maioridade penal, apesar de sua importância, ainda não foi objeto de um debate equivalente no contexto atual."

O impasse que levou Alcolumbre a retirar a PEC da pauta na semana passada permanece como principal obstáculo à retomada das negociações após o segundo turno. A reorganização das forças de segurança continua condicionada à disputa sobre a responsabilização criminal de adolescentes, tema que divide governo e oposição e ameaça prolongar a tramitação da proposta.

A oposição insiste na emenda que reduz a maioridade penal a 14 anos em crimes hediondos e a 16 nos demais casos. Se aprovada, a alteração obrigaria o retorno da PEC à Câmara, onde poderia voltar a ser discutida em 2027, sob nova composição parlamentar. O governo, por sua vez, terá de administrar as próprias divergências. O líder do PT no Senado, Camilo Santana (CE), apresentou uma alternativa para reduzir a maioridade penal a 16 anos exclusivamente em crimes hediondos, mas encontrou resistência no partido. Teresa Leitão (PT-PE) classificou a ofensiva da direita como "chantagem". Lula também passou a defender a redução, embora sustente que a discussão deve ocorrer separadamente da PEC da Segurança.

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Alcolumbre resolveu deixar PEC da Segurança para depois

O especialista Emmanuel Nunes vê na iniciativa de Camilo uma divergência mais profunda que uma disputa partidária, "O problema não é a existência dessas divergências, que são legítimas, mas a tentativa de incorporar uma mudança dessa magnitude a uma proposta que possui objetivos institucionais distintos, sem uma discussão suficientemente aprofundada."